

ATA NÚMERO 32

Aos vinte e dois dias, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte, pelas quinze horas, na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1.º andar, em Lisboa, em videoconferência, reuniu o Conselho Consultivo da Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) da Entidade Nacional para o Sector Energético, E.P.E. (de ora em diante, ENSE), pessoa coletiva número 506084361, com o capital social de duzentos e cinquenta mil euros, integralmente realizado, regularmente convocado nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de Agosto, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM - Nota de abertura pelo Presidente do Conselho Consultivo;-----

PONTO DOIS - Aprovação da realização da reunião por videoconferência com recurso ao TEAMS;-----

PONTO TRÊS - Nota de boas vindas do Presidente do Conselho de Administração da ENSE, E.P.E. e apresentação das atividades desenvolvidas pela ENSE em 2020 e, bem assim, das perspetivas para o ano de 2021;-----

PONTO QUATRO - Pronúncia dos Srs. Conselheiros;-----

PONTO CINCO - Emissão de parecer e aprovação da proposta do Conselho de Administração da ENSE, E.P.E. sobre as prestações unitárias a vigorar no ano de 2021;-----

PONTO SEIS Encerramento pelo Presidente do Conselho Consultivo.-----

Encontravam-se presentes os seguintes membros do Conselho Consultivo (CC):---

Eng. Francisco Vieira, que preside; Eng.º António Comprido da APETRO, em representação dos operadores petrolíferos sujeitos às obrigações de constituir reservas; Dr. António Belo Morgado, em representação da Autoridade Tributária e Aduaneira; Dr.ª Marta Maria Garcia Vieira da Silva Rosado, em representação da indústria de refinação nacional de petróleo; Dr.ª Mariana Pereira, em representação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (doravante ERSE); Dr. Filipe Meirinho, Presidente do Conselho de Administração da ENSE, e ainda, na qualidade de observadores, Prof. José Azevedo Pereira, Dr.ª Margarida Taborda e Dr. Paulo Mateus, respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho Fiscal da ENSE.-----

Encontravam-se também presentes os seguintes colaboradores da ENSE: Dr.ª Helena Sanches, Chefe da Unidade de Administração Geral; Dr. Nuno Matias, Chefe da Unidade de Reservas Petrolíferas; Dr. David Sá Pires, Chefe do Departamento Financeiro e de Recursos Humanos; Dr. Fernando Pinto, Chefe da Unidade de Controlo e Prevenção e Dr. Nuno Teixeira, Especialista Sénior da Unidade de Administração Geral da ENSE, que secretariou a reunião.-----

O Presidente do CC deu início à reunião, agradecendo a presença de todos e explicando porque foi marcada esta reunião extraordinária, apenas analisando as prestações unitárias para 2021 e não o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 (PAO 2021), e que se prende com a substituição recente da representante da indústria petrolífera, bem como por necessidade de conciliação de agendas.-----

Assim, sem prejuízo de uma análise pontual do PAO 2021, no que possa ter a ver com as prestações unitárias, a análise do PAO será feita no início de 2021.-----

Dito isto, o Presidente do CC passou, de imediato, ao segundo ponto da ordem de

[Handwritten marks and signatures on the left margin]

previsto com a rotação do gasóleo do DPNL em cerca de um 1 milhão de euros. Para além disso, prevê-se a redução do custo da aquisição de tickets, tanto em valor unitário, como em quantidade, que totaliza o montante aproximado de 1.9 milhões de euros. Para além destes, também se prevê a redução dos gastos com amortizações, decorrente da redução do programa de investimentos previstos para 2021.-----

Em sentido contrário, prevê-se o aumento dos custos relacionados com a armazenagem e, por outro lado, a redução dos rendimentos relacionados com a diminuição da quantidade de reservas a ceder aos operadores, em função da redução da obrigação da sua incumbência.-----

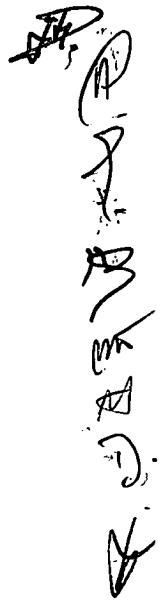
Tendo terminado a apresentação, o Presidente do CC solicitou os comentários do Eng. António Comprido, relativamente a este tema.-----

Este iniciou a sua intervenção, salientando que o objetivo da mesma é, antes de mais, dar conta do pensamento dos Operadores, que são quem, ao fim e ao cabo, suporta o funcionamento deste sistema, mas também provocar a reflexão sobre alguns pontos.-----

De seguida, salientou que se tem vindo a assistir a um encarecimento de vários custos, com pessoal, custos com terceiros e armazenagem, o que leva a que a redução da prestação unitária não seja tão grande quanto desejável, acreditando que a ENSE estará a fazer todos os esforços para otimizar esta prestação.-----

Relativamente ao aumento dos custos com armazenagem de crude, é facto que tal se deve à revisão do contrato de armazenagem com a PETROGAL.-----

Apelou, ainda, a um esforço contínuo de otimização das atividades desenvolvidas pelas várias entidades públicas do setor, nomeadamente, ENSE, ERSE e DGEG,



no sentido de prestar um melhor serviço à economia, sem onerarem a economia.--

Por fim, mostrou-se surpreendido com o facto de os custos de armazenagem com crude serem superiores aos custos da armazenagem com produtos acabados.

Nesse caso, seria mais lógico possuir mais produtos acabados e menos crude, até porque os primeiros serão de utilização mais imediata, em caso de emergência.----

O Presidente da ENSE tomou a palavra, para responder aos comentários do representante da APETRO. Relativamente aos custos de armazenagem, salientou que estes constituem 86% dos custos totais da Entidade. Salientou, ainda, que a ENSE possui margem orçamental para gerir a sua atividade, possuindo outras fontes de financiamento para além das prestações unitárias.-----

Relativamente às atividades e atribuições da ENSE, a decisão é do Legislador e do acionista, cabendo à ENSE cumprir as atribuições que lhe sejam cometidas.-----

Para responder à questão da variação dos custos de armazenagem de crude e produtos acabados, passou a palavra ao Dr. David Sá Pires, que começou por indicar que existem dois pressupostos para Crude no PAO: Crude de Transição e Crude GALP, a contabilização dos custos de ambas as tipologias permite calcular um custo médio ponderado de €1.23 Ton/mês, bastante abaixo da média dos produtos petrolíferos, que ronda os €1,8 Ton/mês.-----

Retomando a sua intervenção, o representante da APETRO agradeceu os esclarecimentos. De seguida, assinalou, que, na sua opinião, este conselho, para trazer valor acrescentado, deve discutir todas as questões, mesmo que incómodas, sob pena de se transformar no cumprimento de meras formalidade burocráticas e que a intenção dos associados que representa é de contribuir positivamente para a discussão, salientando, ainda, o apreço pelo trabalho desenvolvido pela ENSE.-----

reservas, com impacto nos operadores e na própria entidade que gere as reservas, deixando para reflexão as tendências que aí vêm.-----

Manifestou, ainda, agradecimento pelo papel da Eng.^a Cristina Cachola que desempenhou no Conselho e na própria Indústria.-----

De seguida, passou a palavra ao Presidente da ENSE, que partilhou a opinião de descida das reservas.-----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas 15.55 horas, tendo sido elaborada a presente ata a qual, depois de lida e assinada, vai ser arquivada no respetivo livro.-----

O Presidente do Conselho Consultivo

Francisco Vieira

Vogais do Conselho Consultivo

António Comprido, em representação da APETRO

Dr. António Belo Morgado, em representação da Autoridade Tributária e Aduaneira

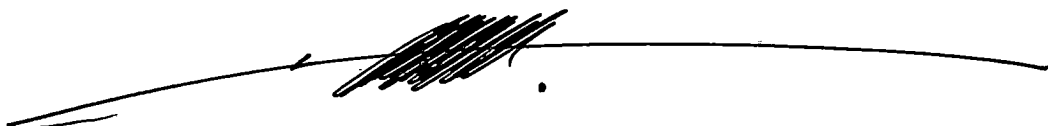
Marta Maria Garcia Vieira da Silva Rosado, em representação da Indústria Nacional de refinação



Mariana Pereira, em representação da ERSE


António Domingues, em representação da ERSE

Conselho de Administração da ENSE




Filipe Meirinho, Presidente

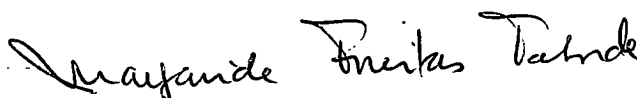
Conselho Fiscal da ENSE



José de Azevedo Pereira, Presidente



Paulo Mateus, Vogal



Margarida Taborda, Vogal